

Paradoxos da inovação social transformadora: Da Consciência Crítica às Estratégias de Investigação¹

Bonno Pel*, Julia M. Wittmayer, Flor Avelino*** e Tom Bauler***

*Universidade Livre de Bruxelas 

**Universidade Erasmus de Roterdã 

***Universidade de Utrecht 

****Universidade Livre de Bruxelas 

RESUMO

A sociedade está se transformando por meio de um turbilhão de inovações. Isso inclui inovações tecnológicas e sociais, ou seja, mudanças nas relações sociais que envolvem novas formas de fazer, organizar, enquadrar e conhecer. Especialmente os potenciais de inovação social *transformadora* (TSI) estão ganhando o interesse de atores políticos progressistas e acadêmicos críticos. Ocorrendo na forma de novos modos de governança e maneiras alternativas de trabalhar e viver juntos, a TSI envolve o desafio, a alteração ou a substituição de instituições dominantes. Conforme documentado em várias vertentes da pesquisa social crítica e da pesquisa sobre inovação, a práxis da ETI é permeada por contradições, anomalias e paradoxos. Esta contribuição metodológica aborda o desafio que tende a permanecer: Como elaborar essa consciência crítica geral em "estratégias de investigação" mais operacionais? O artigo discute os paradoxos de a) reprodução do sistema, b) temporalidade e c) construção da realidade. Identificando tipos distintos de contradições e fenômenos empíricos distintos, essa diferenciação também chama a atenção para as diferenças associadas entre as filosofias de pesquisa realista, processual e construtivista. Reunindo as análises empíricas, as interpretações teóricas e os avanços metodológicos que foram feitos sobre esses paradoxos, esta contribuição abre o escopo para uma pesquisa de inovação crítica e praticamente relevante: É importante superar a divisão entre o conhecimento metodológico rigoroso, mas estéril, e a teorização crítico-reflexiva que carece de percepções operacionais.

Palavras-chave: Inovação social; Transformação social; Paradoxos; Análise crítica; Metodologia.

Proposta submetida em 6 de janeiro de 2022; artigo recebido em 30 de abril de 2022; avaliações entregues em 9 de setembro de 2022; revisado em 18 de setembro de 2022; aceito em 21 de outubro de 2022; disponível online em 16 de maio de 2023.

¹ Os autores gostariam de agradecer a Cornelius Schubert, Marthe Nyssens, Ronan le Velly, Frances Westley, Andy Stirling e Adrian Smith por suas inspiradoras palestras convidadas sobre esse tópico. Gostaríamos também de expressar nossa gratidão pelo prêmio de incentivo de "melhor artigo" que recebemos por uma versão inicial deste artigo, na 11.^a Conferência Internacional de Pesquisa em Inovação Social (ISIRC), Glasgow (Reino Unido), de 2 a 4 de setembro de 2019.



INTRODUÇÃO: INOVAÇÃO SOCIAL TRANSFORMADORA – NARRATIVAS, CRÍTICAS E PARADOXO

A sociedade está se transformando por meio de um turbilhão de inovações. Isso envolve inovações tecnológicas, como sistemas de energia renovável, inteligência artificial e nanotecnologia, mas uma ampla gama de inovações sociais também está se desenvolvendo. As inovações sociais são inovações nas relações sociais, envolvendo novas formas de fazer, organizar, enquadrar e conhecer (Avelino *et al.*, 2019; Pel *et al.*, 2020). Elas incluem uma ampla variedade de tentativas de mudar as formas predominantes de viver e trabalhar juntos. Exemplos de tais práticas socialmente inovadoras e arranjos de governança incluem Orçamento Participativo, Ecovilas, Bancos de Horas, empreendedorismo social, Slow Food e os vários movimentos em direção ao consumo baseado em bens comuns, Degrowth, economia circular e economia solidária.

Há muito interesse, tanto na política quanto na pesquisa, por uma inovação social que seja de alguma forma *transformadora* – apoiando mudanças em direção a sociedades mais sustentáveis (Haxeltine *et al.*, 2017) ou sistemas de energia mais sustentáveis e justos (Hiteva & Sovacool, 2017; Mikkonen *et al.*, 2020). Essa inovação social transformadora (TSI; cf. seção 1) é frequentemente justaposta às inovações incrementais por meio das quais a sociedade é meramente mantida (Klein *et al.*, 2016; Moulaert *et al.*, 2017; Westley *et al.*, 2017; Avelino *et al.*, 2019). Moulaert e MacCallum (2019) fazem uma distinção semelhante entre a IS convencional e a contra-hegemônica. Essa busca pela inovação social contra-hegemônica e transformadora tem uma longa tradição. Mesmo que não seja abordada sob esse título específico, a inovação social transformadora pode ser considerada uma área de pesquisa compartilhada para estudos sobre (entre outros) utopias reais (Wright, 2010), economias diversas (North, 2014), inovação de base (Seyfang & Smith, 2007), decrescimento (Pansera & Fressoli, 2021), movimentos sociais (Monticelli, 2018), economia social (Moulaert & Ailenei, 2005), sociologia do trabalho (Ferreras *et al.*, 2022) e pesquisa sobre empresas sociais (Steyaert & Dey, 2010).

Como argumentaremos, há razões convincentes para traçar uma linha entre a inovação social “transformadora” e a regular e incremental – *mas onde e como?* A práxis das tentativas de ETI é permeada de tensões, contradições e paradoxos. Perspectivas críticas sobre inovação social apontaram as discrepâncias dramáticas que frequentemente existem entre as narrativas de transformação, por um lado, e seus impactos transformadores, por outro (Shin & Yeong, 2019; Teasdale *et al.*, 2020). As análises críticas também desconstruíram muitas das narrativas de empoderamento que acompanham exemplos emblemáticos de ETI, como microcrédito (Khan *et al.*, 2007), governança participativa além do Estado (Swyngedouw, 2005), empresa social (Bull *et al.*, 2018) ou prosumerismo de energia (Lennon *et al.*, 2020). As narrativas de ETI podem frequentemente se distanciar explicitamente das visões estatistas de transformações (Wittmayer *et al.*, 2019), mas as

críticas mencionadas acima mostram como também essas visões transformadoras menos grandiosas – parafraseando Scott (1998) – são vulneráveis a falhas e consequências indesejáveis. A pesquisa sobre ETI é, portanto, permeada por observações de paradoxos: A inovação social é tanto uma palavra da moda *quanto* um imaginário com implicações reais e dinâmicas distintas de “hype” (Schubert, 2018; Grimes, 2021). As tentativas de ETI precisam ser radicais o suficiente para ter um impacto transformador, mas também incrementais o suficiente para permanecerem aceitáveis (Smith, 2007; Dey & Teasdale, 2016). As inovações sociais muitas vezes podem ser tentativas de restaurar práticas existentes anteriormente e em outros lugares (Shove, 2012; Ziegler, 2017), mas simultaneamente podem adquirir um certo significado inovador (Pel & Kemp, 2020). Westley *et al.* (2017) explicaram bem por que esses paradoxos são inerentes aos fenômenos de ETI: As tentativas de mudança nas estruturas institucionais geralmente buscam conciliar conflitos fundamentais de valores – entre a proteção e a divulgação pública de áreas naturais, por exemplo.

Este artigo tem o objetivo de fazer uma contribuição metodológica. Ele defende uma perspectiva crítica que reconhece esses paradoxos como aspectos inerentes e praticamente vitais dos fenômenos de ETI. Essa sensibilidade ao paradoxo segue os trabalhos seminais da teoria organizacional (Morgan, 1997), da teoria institucional (Poole & van de Ven, 1997) e da teoria social (Luhmann, 1995). No entanto, em consonância com Andriopoulos e Gotsi (2017), enfatizamos a necessidade de entendimentos mais operacionais, ou seja, de engajamentos empiricamente detalhados e metodologicamente bem considerados com esses paradoxos. Os estudos convencionais sobre inovação oferecem repertórios metodológicos abundantes e bem estabelecidos. No entanto, por mais rigorosos que sejam, esses métodos também tendem a ser bastante estéreis, ou seja, insensíveis aos aspectos paradoxais dos fenômenos de inovação (Godin & Vinck, 2017). Por outro lado, os estudos críticos sobre questões de inovação e transformação têm uma forte antena para os paradoxos da ETI, mas isso depende muito do trabalho conceitual: O engajamento com os paradoxos da ETI poderia ter um pouco mais de concretude empírica e um pouco mais de elaboração metodológica em termos de estratégias de investigação (facilmente compreensíveis e aplicáveis). Com o objetivo de avançar a consciência crítica nessa direção de especificidades metodológicas, esta contribuição é orientada pela seguinte pergunta de pesquisa: *Que tipos de paradoxos da ETI podem ser distinguidos e que estratégias de investigação poderiam ajudar a compreender, analisar e comunicar esses fenômenos paradoxais?*

O artigo está estruturado da seguinte forma. Primeiro, especificamos o que é a ETI, esclarecendo como os paradoxos da ETI formam áreas cruciais para a pesquisa de inovação crítica (**seção 1**). Distinguimos três tipos de paradoxos. Indicando tipos distintos de contradições e fenômenos empíricos distintos, essa distinção tripartite também chama a atenção para as diferenças associadas entre as filosofias de pesquisa realista,

processual e construtivista (**seção 2**). A seguir, discutiremos esses três principais paradoxos da ETI em mais detalhes. Explicamos o que há de paradoxal neles, como se manifestam empiricamente e por meio de quais estratégias de pesquisa podem ser compreendidos. Discutimos os paradoxos relativos à reprodução do sistema (**seção 3**), à temporalidade (**seção 4**) e à construção da realidade (**seção 5**). A seção de conclusão resume as principais respostas às nossas perguntas de pesquisa. Ela mostra como a pesquisa crítica de inovação social pode se basear em vários avanços metodológicos, dentro e fora dos estudos de inovação (**conclusão**).

1. PARADOXOS DA INOVAÇÃO SOCIAL TRANSFORMADORA

1.1. *Inovação social transformadora: Recuperando a inovação social*

Um pouco à sombra das inovações tecnológicas, uma ampla gama de inovações sociais também está se desenvolvendo: Orçamento Participativo, Ecovilas, Bancos de Horas, empreendedorismo social, Slow Food, bancos éticos e os vários movimentos em direção ao consumo baseado em bens comuns, Degrowth, economia circular e economia solidária são apenas alguns exemplos. Reconhecendo uma ampla gama de práticas socialmente inovadoras (Jaeger-Erben *et al.*, 2015), definimos inovação social (IS) como inovações nas relações sociais, envolvendo novas formas de fazer, organizar, enquadrar e conhecer (Avelino *et al.*, 2019; Pel *et al.*, 2020). Essa conceituação parcimoniosa evita suposições teleológicas de efeitos necessariamente benignos e "sociais" (Cajaiba-Santana, 2014), a forma particular de "viés pró-inovação" (Godin & Vinck, 2017) que permeia o discurso da IS. No entanto, em vez de propor algum tipo de entendimento neutro de IS, essa definição chama a atenção para a multiplicidade de possíveis interpretações de IS. O principal ponto de discórdia é o significado "transformador" da inovação social.

Conforme indicado no artigo inaugural desta revista, a IS é uma das mais antigas das chamadas "inovações X" (Gaglio *et al.*, 2019, p. 8). Trata-se de uma apropriação do imaginário da inovação que, historicamente, tem sido empreendida principalmente por reformadores sociais. Frequentemente justaposta aos imaginários de inovação tecnológica e produtos inovadores, a IS está fortemente ligada ao projeto socialista de emancipação – ela busca a inovação que realmente capacita os indivíduos. A resurreição da inovação social (IS) nas últimas décadas manteve muito desse espírito de emancipação. Promovido como soluções alternativas para enfrentar os "grandes desafios sociais" (Comissão Europeia, 2011), o imaginário da inovação social foi institucionalizado em políticas sociais e programas de pesquisa. Nesse processo, ganhou força como um instrumento de mudança social (Moulaert *et al.*, 2017). Considerada como um meio para atingir fins sociais (Schubert, 2018; Wittmayer *et al.*, 2020), a IS também foi levada muito além das questões centrais originais de equidade social, inclusão e justiça socioeconômica.

Mobilizada para "grandes desafios sociais", ela também foi implantada para questões de desenvolvimento sustentável, democratização e digitalização.

A institucionalização da IS veio acompanhada de uma certa diluição de seus compromissos com o empoderamento. A mesma tendência foi observada em relação ao empreendedorismo social (Dey & Steyaert, 2012). As apropriações instrumentalistas da IS, por sua vez, evocaram tentativas de ressuscitar seu conteúdo transformador. Ao transformar o conceito de IS em um "canivete suíço de problemas sociais", pode-se perguntar o que *não* é inovação social (Solis-Navarrete *et al.*, 2021). Além das observações sobre a diluição analítica, houve críticas ferozes ao vazio normativo associado: a apropriação neoliberal do conceito criou, sem dúvida, uma raça gerencial de abordagens de IS (Jessop *et al.*, 2013; Klein *et al.*, 2016; Moulaert *et al.*, 2017). Distanciando-se da solução incremental de problemas, os acadêmicos críticos enfatizaram, portanto, que a IS não deve ser reduzida a remendos marginais ("liberalismo cuidadoso") ou a projetos isolados para aliviar problemas sociais (Moulaert & Maccallum, 2019). Em vez disso, ela deve ser levada a sério como um programa de empoderamento (Avelino *et al.*, 2019) e transformação social radical (Moulaert *et al.*, 2017).

As críticas acima deram início a um discurso sobre inovação social *transformadora* (Klein *et al.*, 2016; Haxeltine *et al.*, 2017). Esse prefixo reivindica a inovação social como um conceito contra-hegemônico e transformador. A TSI foi definida como o processo pelo qual a IS desafia, altera ou substitui instituições dominantes (Pel *et al.*, 2020). Unger (2015) e Westley (2017) também destacam os potenciais da IS para a aprendizagem de "ciclo duplo" e a transformação institucional. Semelhante às abordagens de "utopias reais" (Wright, 2010) e "utopias funcionais" (Crossley, 1999), a ETI se baseia na "prefiguração" (Monticelli *et al.*, 2018; Wittmayer *et al.*, 2022) de relações sociais e arranjos institucionais alternativos. O principal objetivo é desencadear mudanças institucionais mais amplas. As empresas sociais, por exemplo, podem ser avaliadas em termos de indivíduos capacitados, necessidades da comunidade atendidas e valor agregado social fornecido. Buscando radicalizar a ideia da economia social, os defensores da economia social solidária (ESS) (Laville, 2014; Ridley-Duff & Bull, 2021) destacaram os potenciais transformadores mais amplos das empresas sociais, no entanto: seu papel pioneiro na demonstração de modos alternativos de produção, democracia no local de trabalho e modelos de negócios sustentáveis, além de *arranjos institucionais* alternativos. A TSI pode ser considerada o equivalente da SSE para a inovação social: Ela recupera e radicaliza o conceito de IS.

1.2. Paradoxos do TSI e pesquisa de inovação crítica

A distinção SI/TSI não é tão clara quanto esses acrônimos justapostos sugerem. Há boas razões para traçar uma linha entre elas, mas, empiricamente, raramente é óbvio se os atores sociais estão fazendo TSI ou "apenas" SI regular. Há muitos tons de cinza

entre as empresas sociais *de forma* e as empresas que *de fato* buscam ideais de economia social e solidária (Bull *et al.*, 2018; Dey & Teasdale, 2015). As redes alimentares alternativas vêm com certas *promessas* de serem alternativas (le Velly, 2019). As iniciativas de IS podem *se tornar* transformadoras, até *certo* ponto, em determinadas *dimensões*. Como sempre, isso depende de estratégias, recursos e fatores condicionantes (Westley *et al.*, 2017; Pel *et al.*, 2020). Enquanto isso, a linguagem nos prega peças: as discrepâncias entre as narrativas de transformação e os processos concretos de transformação são muitas vezes obscurecidas pela linguagem evasiva da inovação (Teasdale *et al.*, 2020; Westman & Castán Broto, 2022).

Os exemplos acima mostram como a ETI é permeada por tensões, contradições e paradoxos. Seguimos Westley *et al.* (2017) e Swyngedouw (2005) ao enfatizar o caráter paradoxal dos fenômenos de ETI. Esse último chamou a atenção para a face de Janus das atividades de inovação social: por um lado, a face dos impulsos contra-hegemônicos e da aparente ETI e, por outro lado, a face da EI bastante convencional e incremental. Para quase todos os exemplos empíricos de ETI aparente, há uma contrapartida que confirma o sistema: considere as duas faces do “movimento dos criadores”, que inclui tanto a democracia da inovação radical dos Hackerspaces quanto a simples celebração da fabricação de produtos. Em relação ao movimento Slow Food, poderíamos considerar as duas faces da soberania alimentar e do fetichismo gastronômico. E, de fato, como a face transformadora dos “agentes de mudança” da Ashoka se encaixa com sua aparente resignação aos imperativos neoliberais de adaptabilidade, autorrealização e inovação incessante (Teasdale *et al.*, 2020)? Esses paradoxos da IS/TSI de duas faces são generalizados, como comprovaremos mais adiante nas seções 3-5.

Essas faces de Jano da SI/TSI são realmente paradoxos? De fato, algumas das tensões, anomalias e contradições observadas podem não se qualificar como paradoxos em termos de lógica formal. Por outro lado, eles são paradoxais no sentido dicionarizado de uma “afirmação aparentemente autocontraditória ou oposta ao senso comum, mas que talvez seja verdadeira”. Além disso, é possível considerar como os praticantes de (T)SI parecem *vivenciar* suas atividades como paradoxais: exemplos são as empresas sociais que imitam estrategicamente o discurso de inovação que lhes dá financiamento (Dey & Teasdale, 2016), ou os experimentadores da Renda Básica reconhecendo que sua iniciativa de financiamento coletivo é um “artifício” (Pel & Backhaus, 2020). No entanto, em última análise, nossa sensibilidade ao paradoxo é uma questão de interpretação. Para nós, é uma escolha de princípio para um modo *exploratório* de pesquisa de inovação crítica: a crítica não deve permanecer limitada à desmistificação e ao desmascaramento, ou à desconstrução que se esquece da *reconstrução* (Avelino & Grin 2017). Várias críticas expuseram a IS simples e confirmadora do sistema que muitas vezes se esconde por trás da suposta ETI. Infelizmente, muitas dessas críticas assumem a forma de “eu vejo algo que você não vê” (Luhmann & Rasch, 2002), ou seja, revelam estruturas de poder

supostamente ignoradas pelos próprios praticantes de IS. Entretanto, muitos praticantes de IS – consciente e abertamente – buscam alavancar as forças do “neoliberalismo” e da sociedade da inovação. Buscando mostrar a “verdadeira face” de uma determinada inovação social, a crítica permanece presa a visões ingênuas e essencialistas da realidade social. A genealogia longa e cheia de erros das apropriações já mostrou isso (seção 2.1): A IS não pode ser inequivocamente “transformadora” ou “incremental”.

Diferentemente dos modos de crítica de “desmascaramento”, propomos uma linha exploratória de pesquisa crítica sobre inovação. Em vez de procurar expor representações falsas e “capturar” inovações, procuramos nos envolver com as contradições, anomalias e paradoxos concretos da inovação que tendem a ser eliminados nas representações ideológicas dela (Godin & Vinck, 2017). Essa sensibilidade aos paradoxos está alinhada com os modos antiessencialistas de crítica da dialética negativa de Adorno (1966) e as desconstruções genealógicas de Foucault (Kelly, 1996): a dupla face é considerada a verdadeira face, e a tarefa é articular suas contradições.

2. DA CRÍTICA ÀS ESTRATÉGIAS DE INVESTIGAÇÃO: 3 TIPOS DE PARADOXOS DA TSI

A sensibilidade aos paradoxos da ETI está aumentando. Além dos recentes movimentos em direção à pesquisa de inovação crítica (Gaglio *et al.*, 2019), a inovação está se tornando uma área proeminente da pesquisa em Ciências Sociais e Humanas (Moulaert *et al.*, 2017; Ingeborgrud *et al.*, 2020). No entanto, essa consciência crítica dos paradoxos não é suficiente. Para levar os estudos críticos sobre inovação além da desconstrução e do desmascaramento, são necessários modos exploratórios de análise crítica (seção 1.2). Isso implica um engajamento reconstrutivo e empiricamente concreto com os paradoxos. Esse engajamento empírico poderia revelar as potencialidades que residem em realidades ambíguas do SI (Anderson, 2006) e poderia produzir lições instrutivas sobre o manuseio prático de paradoxos: Stirling (2016), por exemplo, chama a atenção para o “judô” que os protagonistas da IS fazem com as forças que os dominam.

Buscando entendimentos mais operacionais dos paradoxos da ETI, a consciência crítico-filosófica precisa ser complementada com a ciência social e com uma metodologia dedicada (Andriopoulos & Gotsi, 2017). Essa etapa é notoriamente difícil de ser realizada. Alvesson e Sköldberg (2017, p.12) apontam uma lacuna persistente entre as reflexões metodológicas, por um lado, e, por outro, as considerações operacionais dos métodos de coleta de dados e da prática de pesquisa. Por exemplo, é fácil concordar que os repertórios metodológicos dos estudos convencionais sobre inovação são sistemáticos e rigorosos, mas bastante estéreis diante dos aspectos paradoxais dos fenômenos de inovação (Godin & Vinck, 2017). Conforme indicado anteriormente por Poole e van der

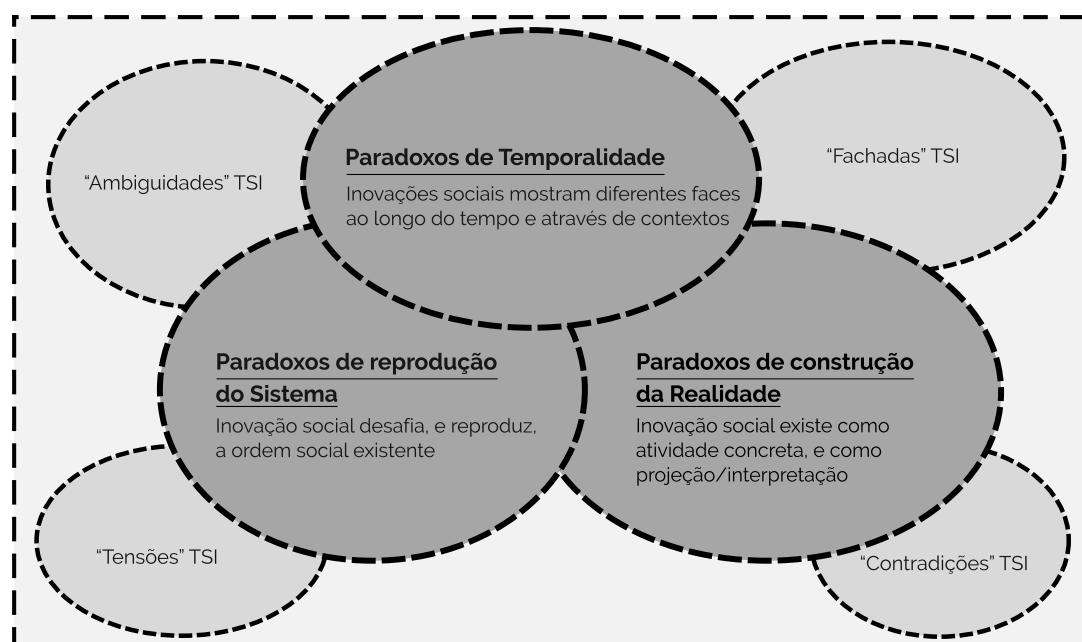
Ven (1989), roteiros simples, modelos de fases e heurísticas tendem a obscurecer as nuances e os paradoxos da prática da inovação. Haxeltine *et al.* (2017) identificam de forma semelhante as armadilhas metodológicas e a negligência dos paradoxos das ETIs, mas também mostram o desafio de elaborar abordagens metodológicas para compreendê-los empiricamente. Buscando preencher essa lacuna de operacionalização, este artigo elabora a consciência crítica dos paradoxos da TSI em *estratégias apropriadas de investigação* (Sol). As Sol são abordagens metodológicas abrangentes que integram considerações de ontologia, epistemologia e métodos de pesquisa. Além de métodos no sentido restrito de técnicas de coleta de dados e procedimentos analíticos, são metodologias no sentido reflexivo amplo: também incluem considerações ontológicas e epistemológicas da filosofia de pesquisa (Ulrich, 2003; Alvesson & Sköldberg, 2017). É importante ressaltar que essas IIS vão além do "Fingerspitzengefühl" tácito do pesquisador experiente: A pesquisa de ETI precisa de repertórios de investigação explícitos e codificados que possam ser aplicados em todos os contextos de pesquisa.

Um primeiro passo importante em direção a essa Sol é distinguir entre os diferentes tipos de paradoxos. Elementos de estratégias de investigação de alguma forma sensíveis a paradoxos podem ser encontrados em todas as ciências sociais. No entanto, é fundamental ordenar essa mistura e combinar os muitos bolsões de percepções e avanços metodológicos em um repertório mais coerente de Sol. Como discutiremos mais detalhadamente nas seções 3 a 5, iniciamos nossas reflexões metodológicas a partir de nossos próprios estudos de caso. Refletindo sobre nossos encontros empíricos com os paradoxos da ETI e analisando estudos semelhantes, ficou evidente que os vários fenômenos da ETI com cara de Janus nem sempre são rotulados e tratados como *paradoxos* da ETI. Várias tradições acadêmicas falam mais de "tensões", "contradições", "ambiguidades". Em nossas próprias descrições de estudos de caso, muitas vezes nos prendemos a descrições factuais de fenômenos empíricos "com duas faces". Enquanto isso, certos modos de análise crítica preferem falar de "representações falsas" e "fachadas" (seção 1.2). Mais importante ainda, observamos que as análises em termos de "paradoxos" nem sempre estão se referindo aos *mesmos tipos* de paradoxos.

Seguindo a linha do seminal Poole e van der Ven (1989), poderíamos distinguir como os estudos abordaram os paradoxos da ETI em termos de 1) oposição; 2) separação espacial; 3) separação temporal ou 4) síntese. No entanto, ao tentar mobilizar os avanços metodológicos de uma ampla gama de disciplinas relacionadas à ETI, essa abordagem rigorosa pareceu excessivamente restritiva. Nossa classificação está mais próxima da variedade observada de conceitualizações, abordagens e casos empíricos. A **Figura 1** apresenta uma tela analítica que abrange uma ampla gama de "paradoxos", "contradições" e "tensões". Ela mostra três tipos de paradoxos como esferas bastante distintas, mas com demarcações difusas e parcialmente sobrepostas. Em vez de tentarmos ser logicamente exaustivos ou propor categorias analiticamente fundamentais, adotamos uma abordagem

mais indutiva: a distinção tripartite reflete, inicialmente, nosso objetivo de capturar a variedade de faces de Janus da ETI que encontramos em nossa própria pesquisa. É importante ressaltar que essas categorias também abrangem uma grande parte dos paradoxos de TSI frequentemente relatados em pesquisas sobre TSI. Além dessas considerações básicas de saliência e cobertura, nosso agrupamento indica algumas distinções mais fundamentais. Como será explicado nas próximas seções, os paradoxos indicam tipos bastante distintos de contradições. Os tipos diferenciados são proeminentes em disciplinas e vertentes de pesquisa específicas e trazem as marcas de diferentes filosofias de pesquisa e pressupostos epistemológicos/ontológicos. Pode-se considerar, por exemplo, como os paradoxos da reprodução do sistema giram em torno das contradições substantivas e politicamente urgentes entre os efeitos transformadores e reprodutivos do sistema de determinadas inovações sociais. Por outro lado, os paradoxos da temporalidade tendem a ser destacados em modos de investigação relacionais e processuais: Várias análises revelaram os paradoxos da ETI menos como contradições absolutas, mas sim como ambiguidades e “faces duplas” que se manifestam *ao longo do tempo*. Enquanto isso, os paradoxos da construção da realidade estão indicando contradições que – diferentemente dos dois primeiros – referem-se apenas indiretamente a estados empíricos de coisas. Indicando contradições resultantes de observação, interpretação e performatividade, esse tipo de paradoxo reflete claramente as filosofias construtivistas da ciência.

Figura 1. Três tipos de paradoxos da ET.



Fonte: elaboração própria (Pel *et al.*, 2022).

As ligações entre tipos específicos de paradoxos e filosofias de pesquisa específicas ficarão mais evidentes nas três seções seguintes. Para cada um dos três tipos de paradoxos, apresentamos uma breve descrição, alguns exemplos empíricos e (elementos de) estratégias apropriadas de pesquisa.

3. PARADOXOS DA TSI (I): TRANSFORMAÇÃO COMO REPRODUÇÃO DO SISTEMA

Um primeiro tipo de paradoxo encontrado com frequência na pesquisa de ETI é o paradoxo descrito de forma famosa em 'il Gattopardo' de De Lampedusa: "Tudo tem que mudar para que tudo possa permanecer igual." De fato, há muito tempo a inovação é associada à renovação e à manutenção, e não à transformação, das estruturas sociais (Godin & Vinck, 2017). O paradoxo da reprodução do sistema em sua forma básica indica as duas faces contraditórias de muitas inovações sociais: uma face de transformação e agência contra-hegemônica, e a outra face de trabalho e reprodução dos costumes e estruturas formais da ordem social existente. Portanto, não é fácil distinguir a ETI da IS regular (seção 1.1).

As observações desses paradoxos de reprodução são abundantes na pesquisa de ETI. Apesar de ter sido revolucionada por meio de uma infinidade de inovações mais ou menos transformadoras e mudanças estruturais, a sociedade permanece muito familiar e estável. Os estudos sobre ETI trouxeram muitas observações sobre as "10 milhas quadradas cercadas pela realidade" às quais as iniciativas de inovação tendem a ficar confinadas (North, 2010), sobre as pressões isomórficas que empurram as empresas sociais de volta para a busca de lucros (Dey & Teasdale, 2016), sobre a reprodução de assimetrias de poder por meio de arranjos de governança participativa (Swyngedouw, 2005) e sobre as tendências das soluções tecnológicas "inteligentes" de reforçar a dependência da trajetória tecnológica (Grin *et al.*, 2010). A integração das comunidades ecológicas em projetos de cidades ecológicas, por exemplo, tem sido criticada por uma "diluição das ideias e dos conceitos originais (com ênfase na justiça social, na capacitação cívica e na democracia local), que não parecem ter grande destaque em muitos projetos atuais, e pela prevalência de abordagens principalmente tecnocráticas" (Joss, 2011, p. 246). Embora o orçamento participativo seja frequentemente celebrado como um caso de inovação social com potencial político e democrático, ele também foi descrito como "diluído" na "exportação sustentada de uma versão simplificada do orçamento participativo por instituições não democráticas e não participativas, como o Banco Mundial" (Chavez, 2008).

Um exemplo revelador em nossa própria experiência de pesquisa é a rede de empreendedores sociais do Impact Hub. Por um lado, pode-se argumentar que o Impact Hub reproduz a “sociedade empresarial” e reforça o domínio hegemônico da lógica de mercado em nível macro (Avelino & Wittmayer, 2019). Outros argumentaram que o caso do Impact Hub demonstra como “o empreendedorismo social é usado para forjar vínculos entre valores ideológicos que até então pareciam incompatíveis (...) talvez o exemplo mais revelador diga respeito a como a perspectiva de se tornar um empreendedor social combina noções tradicionais de fazer negócios com valores hedonistas de prazer” (Dey & Lehner, 2017, p. 764), e que “a promessa de prazer que permeia os retratos do empreendedor social pode cultivar uma atitude passiva de ‘prazer’ vazio que efetivamente priva o empreendedorismo social de suas possibilidades mais radicais” (ibid, p. 753). Por outro lado, também podemos observar claramente como essa rede capacita futuros empreendedores sociais pequenos e independentes a desafiar, alterar e possivelmente substituir grandes empresas estabelecidas, fornecendo aos empreendedores sociais não apenas espaços de trabalho conjunto e opções para reunir recursos e habilidades (Avelino & Wittmayer, 2019), mas também uma forte identidade compartilhada e motivação autônoma (Avelino *et al.*, 2020). Além disso, também foi estudado como o Impact Hub conseguiu transformar um processo de franquia e os respectivos modelos de negócios, navegando assim pelas tensões de desvio de missão entre valor comercial e social com relativo sucesso, desenvolvendo a tomada de decisões descentralizada e a governança compartilhada (Giudici *et al.*, 2020).

O paradoxo da reprodução claramente não é um fenômeno marginal. Há uma ampla gama de estratégias de investigação a ser considerada. Uma linha de estratégias de investigação para lidar com esse paradoxo da reprodução são as abordagens dialéticas que consideram o paradoxo como o “condutor” dos processos de ETI. Os principais exemplos são fornecidos no conjunto de estudos de caso comparados em Westley *et al.* (2017), que enfatizam que a ETI gira em torno de tentativas de conciliar princípios conflitantes – por exemplo, entre a divulgação e a proteção de áreas naturais. Outro exemplo é le Velly (2019) sobre a evolução de redes alimentares alternativas. Da mesma forma, há os estudos que partem do caráter institucional ou eticamente híbrido da ETI. Isso é feito, por exemplo, por meio de análises multicritério, mostrando ênfases variáveis no equilíbrio de princípios conflitantes. Há uma rica tradição de pesquisa sobre empresas sociais que lida com os paradoxos das ETIs por meio de análises de equilíbrios entre lógicas institucionais (Defourny & Nyssens, 2017). Dessa forma, é possível mostrar com mais detalhes como os processos de ETI envolvem transformação e mudança em *algumas* dimensões, ao mesmo tempo em que reproduzem amplamente as práticas existentes em outros aspectos. Da mesma forma, os pesquisadores de ETI têm procurado especificar os *graus* de transformação e as *dimensões* da mudança, o que também contribui para que as afirmações especifiquem como a transformação X é acompanhada, ou possivelmente até facilitada, pela reprodução de Y e Z.

Uma segunda estratégia de investigação é a análise multiperspectiva. Há uma infinidade de estudos que combinam diferentes perspectivas teóricas para mostrar diferentes faces da ETI e, com isso, seus respectivos lados transformador e reprodutivo. Estudos empíricos nesse formato ainda são raros, mas houve vários avanços conceituais. Um exemplo é Geels (2010), que expõe como as transições de sustentabilidade podem ser compreendidas por meio de diferentes ontologias. Destacando como as conceitualizações podem ser incomensuráveis entre si, esse estudo também lança luz sobre paradoxos de reprodução: um processo de ETI pode ser entendido em termos de mudança institucional e de estabilidade institucional. Um exemplo empiricamente mais concreto é o de Novy & Leubolt (2005): a análise mostra como a institucionalização do Orçamento Participativo em Porto Alegre pode ser entendida como resultado da ação comunitária “de baixo para cima”, mas também pode ser atribuída ao trabalho institucional de atores governamentais. Mesmo se concentrando nas interações entre essas duas atividades de inovação, esta análise também revela que a ETI tem duas faces. Em nosso próprio trabalho (Avelino & Wittmayer, 2019), usamos a perspectiva do Poder Multiator. Ela mostra como as iniciativas de ETI desafiam e mudam as relações de poder em alguns aspectos e em alguns níveis, enquanto as reproduzem em outros.

Uma terceira maneira de lidar com o paradoxo foi apresentada pela tradição da análise interpretativa de políticas (IPA), especialmente por meio da análise crítica do discurso (Hajer, 1995). Essas abordagens interpretativas partem do entendimento de que as realidades das ETIs são enquadradas e moldadas pelas narrativas construídas em torno delas. Em vez de designar um fenômeno autoevidente ou corresponder a entidades ou processos objetivos, a ETI e as categorias de inovação relacionadas ordenam e dão significado à sociedade e à sua governança (Fischer & Forrester, 1999). Juntamente com o negócio central interpretativo de extrair como certas tentativas de inovação significam coisas diferentes para pessoas diferentes, a análise IPA também confronta a dificuldade de que qualquer descrição de um processo de inovação implica um ponto de vista discutível – inclinado para as narrativas de mudança de alguns atores (Wittmayer *et al.*, 2019) e bastante estranho às de outras partes envolvidas. Análise crítica do discurso (Howarth, 2010; Fairclough, 2013) é um ramo da análise interpretativa que não apenas reconstrói, mas também examina criticamente o que as narrativas de ETI revelam e ocultam, confirmam e negam. Os principais exemplos são Teasdale *et al.* (2020), que desafiam criticamente os fundamentos morais e as escolhas políticas (ou melhor, a falta delas) dos discursos de inovação social sobre, por exemplo, o papel dos “agentes de mudança”. Outro bom exemplo pode ser encontrado em Westman & Castán Broto (2022, p. 1), que analisam os discursos sobre transformações urbanas. Eles argumentam que esses discursos tendem a ser “revestidos de terminologia emancipatória” e “crescem a partir de uma base radical”, mas “fazem isso enquanto reproduzem suposições e valores dos discursos dominantes” e, portanto, “impedem o florescimento de ideias radicais”.

4. PARADOXOS TSI (II): TEMPORALIDADE

Um segundo tipo de paradoxo encontrado com frequência na pesquisa de ETI diz respeito ao tempo. Tanto a inovação quanto a transformação implicam uma certa diferença entre uma situação “antes” e uma situação “depois” – sem essa diferença, a “inovação” não é um enquadramento adequado de uma atividade social. Com relação a essa temporalidade, os pesquisadores de TSI frequentemente se deparam com a conclusão paradoxal de que a inovação em questão é ao mesmo tempo nova e antiga e, portanto, ao mesmo tempo uma inovação e não uma inovação.

Esses paradoxos da temporalidade foram apontados em várias análises. Para os historiadores (de tecnologia, de ideias ou de instituições), esses paradoxos de temporalidade são fenômenos bastante comuns. Concentrando-se no aspecto do tempo, o paradoxo é muitas vezes desdobrado em termos de “fases” e “sombras”, tornando-se e desaparecendo. Conforme indicado por Poole e van de Ven (1989), os paradoxos podem ser dissolvidos ao se adotar uma perspectiva temporal sobre eles. Os exemplos empíricos a seguir são instrutivos: muitas supostas inovações de “nicho” também envolvem tentativas de reviver ou restaurar práticas existentes anteriormente e em outros lugares (Ziegler, 2017). Ao procurar inovações para promover transformações sociais, talvez seja mais sensato procurar esses “bolsões de persistência” (Shove, 2012) que sobreviveram contra a maré. Relacionadas a isso estão as observações das ondas de renascimento e desaparecimento de certas inovações. Enquanto as inovações que giram em torno de novas configurações tecnológicas-materiais seguem um padrão de ondas sucessivas, as tecnologias passam por uma evolução mais claramente progressiva e raramente são desinventadas ou totalmente “renovadas” (Arnold *et al.*, 2015). Por outro lado, a IS envolve inovações em práticas e instituições, seguindo ciclos mais difusos de desvanecimento e ressurgimento. Exemplos reveladores são a Economia Social (Moulaert & Ailenei, 2005) ou o “novo comunalismo” exibido pelas Ecovilas e certos tipos de cooperativas de energia e iniciativas baseadas em bens comuns (Forsman *et al.*, 2020). Os processos de inovação social transformadora geralmente apresentam padrões de tensões recorrentes entre princípios e valores fundamentais – inovações singulares são, portanto, apenas momentos passageiros em uma série mais longa de inovação e adaptação (Westley *et al.*, 2017). Além disso, várias contradições tendem a surgir em torno da identificação das origens das inovações e dos supostos pioneiros. A zona cinzenta de ainda não ser, ou não ser mais, inovador está aberta a várias construções sociais: novo *para quem?* (Roth 2009). Como consequência, a pesquisa sobre ETI está profundamente envolvida nos paradoxos das práticas que têm uma face “manifesta” (“makerspaces”, como Repaircafés e Hackerspaces, que estão ganhando importância transformadora por sua democratização da tecnologia e dos meios de produção) e a face “latente” (Pel & Kemp, 2020) da fabricação isolada, local e aparentemente regular. Essas faces mudam junto com o

contexto social e junto com as direções que a sociedade da inovação (Rammert *et al.*, 2018; Gaglio *et al.*, 2019) está tomando.

Os paradoxos relacionados à temporalidade foram abordados por meio de várias estratégias de pesquisa. Muito importante tem sido a sociologia da tradução baseada em redes de atores, com suas análises relacionais e ontogenéticas de como as coisas surgem. Essas metodologias ontologicamente cautelosas mostraram como as inovações não se difundem como gases (Akrich *et al.*, 2002), mas envolvem processos nos quais as identidades das inovações, dos inovadores e dos adotantes estão se transformando continuamente (Pel *et al.*, 2017a). Um desenvolvimento muito importante é a criação de "métodos móveis" que são sensíveis a um mundo social dinâmico e móvel (Büscher & Urry, 2009). A insistência metodológica no estudo da inovação *em andamento* – em oposição aos relatos retrospectivos da "história whig", nos quais as incertezas do processo de inovação foram eliminadas – também possibilitou estratégias de investigação fortemente interpretativas. Concentrando-se nas traduções (interpretações, adaptações) das inovações por parte dos atores situados, mostra-se concretamente como uma determinada inovação pode ser um avanço para uma organização e um caso insignificante de "mais do mesmo" para outra. A semiótica material da ANT (teoria do ator-rede) oferece estratégias de investigação semelhantes às da análise interpretativa de políticas: revelando como a inovação e a novidade são construídas socialmente/historicamente, mostra-se que o paradoxo resulta das apropriações concorrentes (Gaglio *et al.*, 2019) das inovações. A pesquisa sobre a história da tecnologia forneceu uma base essencial a esse respeito. No contexto da ETI, que gira em torno de mudanças nas relações de poder, isso significa que as inovações tendem a se tornar entidades profundamente ambíguas (Smith, 2007). Suas múltiplas faces podem ser entendidas em termos de *fases* alternadas de radicalização e domesticação (Hargrave & van de Ven, 2006).

Além da sociologia da tradução, há também um amplo repertório de métodos analíticos de processo (Langley, 1999). Esses métodos estão bem estabelecidos na pesquisa de inovação e podem ser usados de forma a basicamente eliminar os paradoxos: metodologias como o rastreamento de processos causais visam identificar condições e mecanismos para explicar determinados resultados do processo e ajudam a reconstruir estágios de difusão da inovação, trajetórias de inovação ou "caminhos" de transição. Essas estratégias de investigação buscam evitar a "paralisia por análise", ou seja, elas se afastam dos paradoxos da ETI para ter uma noção do panorama geral (Grin *et al.*, 2010). Por outro lado, a análise de processos também pode se concentrar em eventos específicos, em vez de nos padrões genéricos das sequências de eventos. Uma abordagem que usamos para isso é o banco de dados "Critical Turning Points" (CTP), que descreve os casos de ETI como uma série de pontos de virada críticos. O banco de dados contém cerca de 450 descrições qualitativas desses CTPs, ou seja, "momentos ou eventos em processos nos quais as iniciativas passam por mudanças de curso ou

decidem por elas" (Pel *et al.*, 2017b). Mesmo que apresente principalmente informações factuais sobre eventos e fases que os praticantes de ETI consideraram *importantes*, esse conjunto de dados fornece uma seção transversal das "tensões", "desafios" e "dilemas" da prática de ETI, ou seja, as diferentes maneiras pelas quais os praticantes entendem o que descrevemos como paradoxos de ETI. De modo mais geral, a metodologia do processo pode ser utilizada para muitos fins, e existem abordagens interpretativas-reflexivas que podem ser adaptadas à investigação dos paradoxos da ETI. Um exemplo altamente inspirador é a reflexão sobre demarcações temporais feita pelo teórico da mudança institucional Grzymala-Busse (2011). A interpretação dos paradoxos da ETI pode ser aprofundada ao enquadrar um processo de ETI em diferentes linhas do tempo. Isso esclarece como ele pode exibir tanto o avanço clássico de uma inovação quanto um momento passageiro em um processo contínuo de altos e baixos. Da mesma forma, é possível reproduzir as perspectivas temporais evolucionárias, relacionais e de duração de Garud e Gehman (2012). Isso ajuda a desenvolver visões diferenciadas sobre a novidade relativa de uma inovação.

Por fim, a pesquisa de inovação crítica oferece várias ferramentas conceituais que ajudam a lidar com os paradoxos relacionados à temporalidade. O movimento básico é resolver os paradoxos descartando as categorizações binárias subjacentes (le Velly, 2019). Poole e van der Ven (1989) discutiram isso como a abordagem de "síntese" do paradoxo. É fácil concordar que os fenômenos de inovação são muitas vezes ambíguos e obscuros. No entanto, eles são vistos principalmente como "paradoxais" por meio de enquadramentos em termos de dicotomias: inovação vs. adoção, inovação vs. imitação ou inovação vs. manutenção (Godin & Vinck, 2017). O desenvolvimento histórico do pensamento inovador – métodos históricos e genealógicos são recursos essenciais – pode, de fato, ser visto como uma justaposição interminável de "inovações X" (Gaglio *et al.*, 2019). Buscando maneiras de sair de impasses conceituais sobre o que é e o que não é inovação, Godin e Vinck (2017) abriram uma ampla gama de intervenções conceituais e categorias de inovação "marginalizadas". Chamando a atenção para fenômenos intermediários, essas categorias ajudam a explorar a inovação como um fenômeno multifacetado. Exemplos notáveis são a reinvenção (Rice & Rogers, 1980), a imitação (Howaldt *et al.*, 2015), a inovação de "reparo" (Schubert, 2019) ou os grupos esquecidos sob a curva em forma de sino da difusão da inovação: Geels (2021) pede que a comunidade de pesquisa de transições se preocupe com o "seguimento", e não apenas com a *liderança*.

5. PARADOXOS TSI (III): CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

Um terceiro tipo de paradoxo das ETIs são os paradoxos da observação e da construção da realidade. Ao pesquisar, descrever e informar outras pessoas sobre os fenômenos de ETI, os pesquisadores estão envolvidos na formação e na coprodução desses fenômenos. Isso inclui think tanks como a Young Foundation e outros: ao vincular a pesquisa de inovação social a estratégias empresariais, eles se estabeleceram "como agências centrais para organizar a mudança social" (Schubert 2019, p.57). A pesquisa em ETI parece particularmente afetada por essa "dupla hermenêutica" da ciência social (Stirling, 2016). Audet (2014) discutiu a mesma circunstância na pesquisa de transições de sustentabilidade. Os pesquisadores geralmente compartilham as ambições transformadoras dos protagonistas da inovação social e, em seguida, participam da criação e da difusão das inovações (Lefèvre *et al.*, 2016; Aiken, 2017). Em relação ao empreendedorismo social, Dey e Steyaert (2012, p.92), por exemplo, incentivam os acadêmicos a se envolverem em diferentes formas de análise crítica dos entendimentos atuais do empreendedorismo social com o objetivo de "no final, serem capazes de promulgar o empreendedorismo social de forma diferente". O paradoxo resultante é a existência simultânea da inovação social como um processo de fato e como uma projeção. Os organizadores de loterias financiadas por crowdfunding para rendas básicas individuais entraram nesse paradoxo, criando conscientemente um "hype" de TSI. Muito distante do ideal de uma renda básica *universal* e, nesse sentido, uma inovação social "falsa", o fornecimento de renda básica para indivíduos selecionados tornou o conceito de renda básica tangível, compreensível, comunicável e, nesse sentido, real. Os iniciadores, muito conscientes do paradoxo, consideraram os experimentos de renda básica como um artifício muito midiático (Pel & Backhaus, 2020). Como a iniciativa também chamou nossa atenção acadêmica e se tornou um "caso de ETI", podemos nos perguntar: *Quão importante e transformadora ela foi realmente, dentro do quadro mais amplo de décadas e até séculos de defesa da renda básica? De quem era a narrativa da ETI que estávamos contando? Essa era a "verdadeira" ETI?*

Ao se envolverem em pesquisas sobre fases, condições, estruturas de incentivo e ecologias que poderiam ajudar as inovações a prosperar, os pesquisadores de TSI desenvolvem heurísticas, instrumentos de políticas e discursos que não apenas proporcionam compreensão acadêmica. As descobertas e os enquadramentos também estruturam como os processos de ETI podem ser conduzidos na prática. Isso vem à tona quando os pesquisadores trabalham em estreita colaboração com os atores políticos para explorar, operacionalizar ou coproduzir conceitos como transições de sustentabilidade (Turnheim *et al.*, 2020). Voß (2014) dá o exemplo do "gerenciamento de transição": à medida que ganhou credibilidade entre pesquisadores e formuladores de políticas, a "transição" se tornou um conceito altamente performático. Ele se refere, ao mesmo tempo, a processos de transformação concretos em sistemas sociotécnicos, a visões

de futuros desejados e a padrões em processos de transformação, e a determinados modos de governança e gestão da inovação. *Como podemos apoiar a transição energética? Qual transição e por quê? Está ocorrendo uma transição de fato?* Essas questões são difíceis de resolver. Em nossa própria prática de pesquisa, esse status de realidade pouco clara das transições surgiu, por exemplo, quando trabalhamos para criar um "roteiro" sobre o prosumerismo coletivo de energia renovável. Informados por uma série de contradições ou tensões sistêmicas (por exemplo, entre a lógica do mercado e da comunidade; ou entre as ilhas de energia e a interconexão total do sistema), evitamos projeções excessivamente lineares da transição futura. O processo de avaliação participativa integrada subsequente envolveu mais de 100 profissionais. Ao formular possíveis caminhos em direção a formas desejáveis de prosumerismo coletivo (de Geus *et al.*, 2021), surgiu o desafio de descrever a "transição" tanto como um caminho a ser percorrido quanto como um conjunto elusivo de futuros possíveis e incertos.

É importante ressaltar que os fenômenos de ETI circulam por meio de "mobilidades políticas" particularmente intensas (Temenos & McCann, 2013). Isso envolve o benchmarking de "melhores práticas", mapeamentos de "hotspots" de inovação, redes on-line e estabelecimento de cartas e declarações. Comunicar seus insights sobre inovação por meio de resumos de políticas, manuais para profissionais, blogs, webinars e programas de gerenciamento de inovação (Pfotenhauer & Jasanoff, 2017). Os pesquisadores de ETI criam expectativas sobre os possíveis papéis de governança dos atores e iniciativas (Voß & Freeman, 2016). Semelhante ao "efeito looping" descrito por Hacking (1995), os pesquisadores de inovação estão inextricavelmente envolvidos na constituição de identidades inovadoras: Os relatórios de estudos de caso de ETI classificam os indivíduos como "inovadores de base", "atores do regime" ou "incubadoras". Esses conceitos descriptivos têm efeitos emancipadores ou limitadores. Essa criação paradoxal de realidades de ETI é particularmente intensa nas atividades de mapeamento realizadas em muitos projetos de pesquisa financiados pela UE – de inovações sociais (SI-DRIVE Atlas of Social Innovation²), de processos de TSI (TRANSIT Database³) ou de abordagens que vinculam sustentabilidade urbana e justiça (URBANA wiki⁴). Ao fazer isso, eles moldam conjuntamente os entendimentos sobre o que conta como inovação social transformadora e o que não conta. Uma intervenção explícita nesse sentido foi o "Manifesto de Inovação Social Transformadora", do qual participamos, com o objetivo de "redirecionar a atenção para o movimento emergente de inovação social transformadora: comunidades e indivíduos em todo o mundo que estão fazendo mudanças na prática"⁵. Essa colaboração entre pesquisadores e movimentos também assume formas mais institucionalizadas, como

² <https://www.socialinnovationatlas.net/> (acesso em 20 de abril, 2022)

³ <http://www.transitsocialinnovation.eu/sii> (acesso em 20 de abril, 2022)

⁴ https://wiki.sustainablejustcities.eu/index.php/Main_Page (acesso em 20 de abril, 2022)

⁵ <http://www.transitsocialinnovation.eu/tsi-manifesto> (acesso em 20 de abril, 2022)

no grupo de trabalho de pesquisa da Rede Global de Ecovilas, onde um objetivo explícito é incentivar os pesquisadores a “dar algo em troca às ecovilas” (GEN Website⁶).

Os paradoxos de observação permeiam a pesquisa de TSI. Existem várias estratégias de investigação para lidar com eles. Em primeiro lugar, a mais proeminente é a busca de uma pesquisa normativamente engajada e orientada para a ação, por exemplo, a Pesquisa de Ação Participativa (PAR; Arthur, 2013; Moulaert *et al.*, 2017; Bartels & Wittmayer, 2018). Confrontando frontalmente a posicionalidade do pesquisador (Wittmayer & Schäpke, 2014), essas abordagens tomam a dualidade fato/projeção como ponto de partida para sua análise (Lefèvre *et al.*, 2016; Aiken, 2017). Essas abordagens não são necessariamente projetadas com o objetivo de lidar com os paradoxos da ETI, mas fornecem instruções práticas e orientação epistemológica: o paradoxo fato/projeção corresponde ao equilíbrio entre os componentes “ação” e “pesquisa”. Por meio de sua abordagem prática e engajada, a PAR tornou-se uma estratégia de investigação particularmente proeminente na pesquisa de ETI (Moulaert *et al.*, 2017). Como Arthur (2013) indica, seu objetivo principal nesse contexto talvez seja apoiar as lutas dos inovadores sociais com os paradoxos da “reprodução do sistema” (seção 3). Ainda assim, o PAR também ajuda a abordar os paradoxos da observação, por meio de suas epistemologias de “ciência pós-normal” (Funtowicz & Ravetz, 2001): Ele direciona a atenção para os processos de coprodução por meio dos quais a ETI se torna conhecida como ETI.

Uma segunda estratégia de investigação é transformar os pesquisadores de ETIs, suas comunicações sobre ETIs e as condições sociais que moldam a pesquisa sobre ETIs em objetos de pesquisa. A teoria crítica e a pesquisa de inovação crítica fornecem ferramentas históricas de inovação para decodificar as origens e os motivos subjacentes de novas categorias de inovação, como a inovação “responsável” ou “frugal” (Gaglio *et al.*, 2019) – ou a inovação social, por exemplo (Schubert, 2018). As análises da “sociedade da inovação” (Rammert *et al.*, 2018) esclarecem como se espera que os pesquisadores de inovação relatem fenômenos novos e de ponta – não o trabalho de reparo mundano ou as inovações com impactos transformadores apenas nebulosos. Assim, os pesquisadores de ETI participam da dinâmica do “hype”, que parece ser um fator importante nas trajetórias de inovação social (Grimes, 2021). Isso ressalta a utilidade especial das estratégias de investigação desenvolvidas nos Estudos de Ciência e Tecnologia. Essas abordagens ajudam a reconstruir a coprodução de realidades de ETI por meio de interações ciência-política (Jasanoff, 2004), o desempenho conjunto de instituições sociais pela ciência e por especialistas (Callon, 2007), as circulações de “melhores práticas” (Temenos & McCann, 2013) e o surgimento de novos conhecimentos de governança (Voß & Freeman, 2016). Essas reconstruções tornam tangíveis os paradoxos da observação, destacando, em particular, a face das realidades *projetadas* da ETI.

⁶ <https://ecovillage.org/our-work/research-ecovillages/> (acesso em 20 de abril, 2022).

Por fim, há várias aplicações da metodologia reflexiva (Alvesson & Sköldberg, 2017). Isso gira em torno da transparência sobre as suposições subjacentes. Isso reconhece, por exemplo, que os pesquisadores podem ter longas discussões sobre o que é (não é) inovação social (Solis-Navarrete *et al.*, 2021), mas os profissionais envolvidos também têm suas opiniões sobre isso (Dey & Steyaert, 2012). Callorda Fossati *et al.* (2017) indicam, por exemplo, como a amostragem de supostos casos de IS pode ser informada pelos procedimentos do método Delphi, para evitar a introdução silenciosa de suposições dos pesquisadores. Da mesma forma, Pel *et al.* (2017) e McGowan *et al.* (2017) propõem caminhos para um corte mais cauteloso dos processos de inovação em unidades de análise e em supostos atores-chave e pontos de origem. Especialmente os pesquisadores de sistemas sociotécnicos e socioecológicos invocaram o pensamento crítico de sistemas (Ulrich, 2003): isso desfaz os paradoxos de observação que cercam as declarações sobre "sistemas" que supostamente estão se transformando ou que precisam de transformação – *de quem são os sistemas? E o que seria uma transformação?* (Smith e Stirling, 2010). Por fim, a metodologia reflexiva também inclui buscas notáveis por representações adequadas e reconhecedoras de paradoxos dos fenômenos de ETI: Stirling (2019) discute em detalhes como a "incumbência" e as assimetrias de poder continuam sendo reforçadas por meio de *visuais* enganosos da ETI. Compostos por níveis, setas e entidades bem definidas, os diagramas em análises científicas continuam perpetuando as suposições dominantes sobre como a ETI pode ser "implementada", "gerenciada" e controlada.

CONCLUSÃO

A pesquisa em TSI é permeada por paradoxos. Embora os estudos críticos-reflexivos sobre inovação tendam a fornecer o aprofundamento conceitual crucial, eles geralmente vêm acompanhados de uma certa falta de concretude empírica e metodológica. Por outro lado, os estudos convencionais sobre inovação tendem a fornecer repertórios metodológicos rigorosos, mas eles tendem a ser bastante estéreis, ou seja, insensíveis aos aspectos paradoxais da TSI. Buscando superar essa divisão, levantamos as seguintes questões de pesquisa: *Que tipos de paradoxos da ETI podem ser distinguidos e que estratégias de investigação poderiam ajudar a compreender, analisar e comunicar esses fenômenos paradoxais?*

Tabela 1. Três tipos de paradoxos da ETI: Descrições, exemplos empíricos, estratégias de investigação.

Tipos de paradoxo da ETI	Descrição	Exemplos empíricos	Estratégias de pesquisa
Reprodução do sistema	A SI desafia e reproduz a ordem social existente.	<ul style="list-style-type: none"> Empresas sociais que desafiam o setor estabelecido e, ao mesmo tempo, reproduzem a lógica do mercado. Comunidades ecológicas que integram alguns princípios, por exemplo, do movimento de ecovilas, mas perdem alguns dos aspectos mais radicais. Potencial democrático do orçamento participativo diluído em pseudoparticipação "parcial". 	<ul style="list-style-type: none"> Abordagens dialéticas Análises multiperspectivas Análise crítica do discurso
Temporalidade	O SI exibe faces inovadoras/normais, manifestas/latentes ao longo do tempo e em vários contextos.	<ul style="list-style-type: none"> Espaços Makers como inovação social transformadora e como reparo e fabricação regulares Cooperativas reemergentes Inovações sociais como "bolsões de persistência" 	<ul style="list-style-type: none"> Análise de tradução Análise de processos Pesquisa crítica de inovação
Construção da realidade	A SI existe como atividade no mundo social e como projeção/interpretação.	<ul style="list-style-type: none"> O "hype" da loteria da renda básica Roteiros de "transição" criados em conjunto Mapeamento de inovações sociais 	<ul style="list-style-type: none"> Pesquisa de ação participativa Reconstruções da coprodução Metodologia reflexiva

Fonte: elaboração própria (Pel *et al.*, 2022).

A tabela de resumo apresenta várias respostas e percepções. Um primeiro insight é que os paradoxos da ETI podem ser considerados fenômenos centrais para essa área de estudo – especialmente quando se considera também a variedade de estudos que lidam com eles em termos de "tensões", "contradições", "ambiguidades" ou "dilemas". Fundamentamos isso por meio de vários relatos empíricos e percepções teóricas, abrangendo diferentes vertentes de pesquisa e diferentes tradições de pesquisa em ETI. É interessante ver como os estudos críticos de inovação e vários ângulos das ciências sociais sobre a mudança social estão convergindo. A análise interpretativa de políticas, os Estudos de Ciência e Tecnologia, a teoria social crítica e a teoria da inovação parecem ser as principais fontes a serem exploradas. Elas fornecem percepções e métodos potencialmente complementares.

Em segundo lugar, esclarecemos como a pesquisa TSI envolve paradoxos de diferentes tipos. Os paradoxos de reprodução do sistema, os paradoxos relacionados à temporalidade e os paradoxos de observação são, cada um a seu modo, relevantes. Vale a pena refletir sobre suas múltiplas sobreposições: pode-se considerar, por exemplo, como os paradoxos da reprodução tendem a coincidir com os paradoxos temporais e como certas estratégias de investigação são adequadas para lidar com qualquer um dos dois. Da mesma forma, pode-se considerar como esses dois paradoxos estão, por sua vez, conectados aos paradoxos da construção da realidade: as diferentes faces empíricas da ETI podem ser associadas a diferentes construções da realidade, por exemplo, com as perspectivas "interna" e "externa" distinguidas por Smith e Stirling (2007). Da mesma forma, vale a pena considerar as ligações com outros ângulos das faces de Janus da ETI (como "tensões", "contradições", cf. Figura 1). Enquanto isso,

esclarecemos como os três tipos de paradoxos são realmente distintos. Certos paradoxos estão ganhando atenção especial em campos de estudo empíricos específicos e em disciplinas específicas. Por exemplo, distinguimos entre os modos exploratórios de estudos críticos sobre inovação e os mais essencialistas que buscam desafiar e "desmascarar" (seção 1.2). Discutindo exemplos empíricos, nossa análise mostrou como essas abordagens são atraídas por questões de projeção e interpretação, por questões de transformação e desvanecimento, ou melhor, por discrepâncias entre os impactos transformadores reivindicados e realizados. Destacando como diferentes pressupostos ontológicos e epistemológicos são consistentes com diferentes métodos, nossa análise ajuda os acadêmicos da TSI a determinar sua abordagem de pesquisa.

Em terceiro lugar, enfrentamos a dificuldade persistente de ir além da consciência crítica geral e dos *vocabulários* que reconhecem os paradoxos (por exemplo, a "explicação de duas mãos" e as "faces de Janus" e o registro mais amplo de expressões para ambiguidade, tensões, contradições e sombras). Também é fundamental desenvolver *visualizações* adequadas. Conforme discutido por Stirling (2019), a pesquisa de ETI acaba repetidamente com representações simplistas dos processos de transformação. Ao mesmo tempo em que transmitem ideias enganosas sobre o grau em que esses processos podem ser conhecidos e gerenciados, muitos dos diagramas esquemáticos, que de outra forma seriam tão úteis, nos dizem pouco sobre o tratamento do paradoxo. Criados para esclarecer a questão, nossa figura e nossa tabela de resumo reconhecidamente compartilham dessa traição ao paradoxo. Esperamos ver avanços nessa frente – nesta revista e na pesquisa sobre inovação de forma mais ampla.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W. (1966). *Negative Dialektik*. Frankfurt: Suhrkamp.
- Aiken, G. T. (2017). Social Innovation and Participatory Action Research: A way to research community? *European Public & Social Innovation Review*, 2(1), 17-33.
- Akrich, M., Callon, M., Latour, B., & Monaghan, A. (2002). The key to success in innovation part I: the art of interessement. *International journal of innovation management*, 6(2), 187-206.
- Alvesson, M., & Sköldberg, K. (2017). *Reflexive methodology: New vistas for qualitative research*. Sage.
- Anderson, B. (2006). "Transcending without transcendence": utopianism and an ethos of hope. *Antipode*, 38(4), 691-710.
- Andriopoulos, C., & Gotsi, M. (2017). *Methods of paradox*. Oxford University Press.
- Arnold, A., David, M., Hanke, G., & Sonnberger, M. (Eds.). (2015). *Innovation-Exnovation: Über Prozesse des Abschaffens und Erneuerns in der Nachhaltigkeitstransformation*. Metropolis-Verlag.
- Arthur, L. (2013). Participatory action research and implications. In F. Moulaert & D. Maccalum (Eds.), *The International Handbook on Social Innovation: Collective action, social learning, and transdisciplinary research* (p. 332-342). Cheltenham: Edward Elgar.

- Audet, R. (2014). The double hermeneutic of sustainability transitions. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, 11, 46-9.
- Avelino, F., & Grin, J. (2017). Beyond deconstruction. a reconstructive perspective on sustainability transition governance. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, 22, 15-25.
- Avelino, F., Wittmayer, J. M., Pel, B., Weaver, P., Dumitru, A., Haxeltine, A., Kemp, R., Jørgensen, M. S., Bauler, T., Ruijsink, S., & O'Riordan, T. (2019). Transformative Social Innovation and (Dis)Empowerment: Towards a Heuristic, *Technological Forecasting and Social Change*, 145, 195-206.
- Bartels, K., & Wittmayer, J. M. (Eds.) (2018). *Action Research in Policy Analysis: Critical and Relational Approaches to Sustainability Transitions*. Routledge: Oxfordshire.
- Bull, M., Ridley-Duff, R., Whittam, G., & Baines, S. (2018). Challenging tensions and contradictions: Critical, theoretical and empirical perspectives on social enterprise, *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 24(3), 582-586.
- Büscher, M., & Urry, J. (2009). Mobile methods and the empirical. *European Journal of Social Theory*, 12(1), 99-116.
- Cajaiba-Santana, G. (2014). Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework. *Technological Forecasting and Social Change*, 82, 42-51.
- Callon, M. (2009). Elaborating the notion of performativity. *Le libellio d'AEGIS*, 5(1), 18-29.
- Callorda Fossati, E., Degavre, F., & Nyssens, M. (2017). How to deal with an "essentially contested concept" on the field? Sampling social innovations through the Delphi method. *European Public & Social Innovation Review*, 2(1), 45-58.
- Chavez, D. (2008). The watering down of participatory budgeting and people power in Porto Alegre, Brazil. *Participatory Learning and Action*, 58(1), 57-60.
- de Geus, T., Wittmayer, J. M., Van Berkel, F. (2021). *Charging the future: Roadmaps and value tensions for mainstreaming prosumerism to 2030 and 2050*. PROSEU – Prosumers for the Energy Union: Mainstreaming active participation of citizens in the energy transition (Deliverable N°6.3 – Horizon 2020 (H2020-LCE-2017), Grant Agreement N° 764056. European Commission, Dutch Research Institute for Transitions (DRIFT).
- Defourny, J., & Nyssens, M. (2017). Fundamentals for an international typology of social enterprise models. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and nonprofit organizations*, 28(6), 2469-2497.
- Dey, P., & Steyaert, C. (2012). Social entrepreneurship: critique and the radical enactment of the social. *Social Enterprise Journal*, 8(2), 90-107.
- Dey, P., & Teasdale, S. (2013). Social enterprise and dis/identification: The politics of identity work in the English third sector. *Administrative Theory & Praxis*, 35(2), 248-270.
- Dey, P., & Teasdale, S. (2016). The tactical mimicry of social enterprise strategies: Acting 'as if' in the everyday life of third sector organizations. *Organization*, 23(4), 485-504.
- European Commission (2011). *Empowering people, driving change. Social Innovation in the European Union*. Luxembourg: Bureau of European Policy Advisers. <https://doi.org/10.2796/13155>
- Fairclough, N. (2013). Critical discourse analysis and critical policy studies. *Critical policy studies*, 7(2), 177-197.
- Ferreras, I., Battilana, J., & Méda, D. (2022). *Democratize work: The case for reorganizing the economy*. University of Chicago Press.
- Forsman, A., De Moor, T., van Weeren, R., Bravo, G., Ghorbani, A., Dehkordi, M. A. E., & Farjam, M. (2020). Eco-evolutionary perspectives on emergence, dispersion and dissolution of historical Dutch commons. *PLoS ONE*, 15(7), e0236471. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0236471>

- Funtowicz, S., & Ravetz, J. (2001). Post-normal science. Science and Governance under conditions of complexity. In M. Decker & F. Wütscher (Eds.), *Interdisciplinarity in Technology Assessment: Implementation and its Chances and Limits* (p. 15-24). Berlin, Heidelberg: Springer.
- Gaglio, G., Godin, B., & Pfotenhauer, S. (2019). X-Innovation: Re-inventing innovation again and again. *Novation: Critical Studies of Innovation*, 1(2019), 1-16.
- Garud, R., & Gehman, J. (2012). Metatheoretical perspectives on sustainability journeys: Evolutionary, relational and durational. *Research Policy*, 41(6), 980-995.
- Geels, F. W. (2010). Ontologies, socio-technical transitions (to sustainability), and the multi-level perspective. *Research policy*, 39(4), 495-510.
- Geels, F. W. (2021). From leadership to followership: A suggestion for interdisciplinary theorising of mainstream actor reorientation in sustainability transitions. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, 41, 45-48.
- Geels, F. W., Kemp, R., Dudley, G., & Lyons, G. (2011). *Automobility in transition? A socio-technical analysis of sustainable transport*. Routledge.
- Giudici, A., Combs, J. G., Cannatelli, B. L., & Smith, B. R. (2020). Successful scaling in social franchising: The case of Impact Hub. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 44(2), 288-314.
- Godin, B., & Vinck, D. (2017). *Critical Studies of Innovation: Alternative Approaches to the Pro-Innovation Bias*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Grimes, M. (2021). *Navigating hype in the context of social innovation*. Keynote lecture at International Social Innovation research Conference (ISIRC), Milano (ITA) September 8-10.
- Grzymala-Busse, A. (2011). Time will tell? Temporality and the analysis of causal mechanisms and processes. *Comparative Political Studies*, 44(9), 1267-1297.
- Hacking, I. (1995). The looping effects of human kinds. In D. Sperber, D. Premack, A. J. Premack (Eds.), *Causal cognition: A Multidisciplinary Debate* (p. 351-394). Oxford University Press.
- Hajer, M. A. (1995). *The politics of environmental discourse: Ecological modernization and the policy process*. Clarendon Press.
- Hargrave, T. J., & Van de Ven, A. H. (2006). A collective action model of institutional innovation. *Academy of management review*, 31(4), 864-888.
- Haxeltine, A., Avelino, F., Wittmayer, J. M., Kunze, I., Longhurst, N., Dumitru, A., O'Riordan, T. (2018). Conceptualising the role of social innovation in sustainability transformations. In J. Backhaus, A. Genus, S. Lorek, E. Vadovics & J. M. Wittmayer (Eds.), *Social Innovation and Sustainable Consumption: Research and Action for Societal Transformation* (p. 12-25). Routledge, Oxfordshire.
- Haxeltine, A., Pel, B., Wittmayer, J. M., Dumitru, A., Kemp, R. & Avelino, A. (2017). Building a middle-range theory of Transformative Social Innovation; theoretical pitfalls and methodological responses. *European Public and Social Innovation Review*, 2(1), 59-77.
- Hiteva, R., & Sovacool, B. (2017). Harnessing social innovation for energy justice: A business model perspective. *Energy Policy*, 107, 631-639.
- Howaldt, J., Kopp, R., & Schwarz, M. (2015). Social innovations as drivers of social change – Exploring Tarde's contribution to social innovation theory building. In A. Nichols, J. Simon & M. Gabriel (Eds.), *New frontiers in social innovation research* (p. 29-51). London: Palgrave Macmillan.
- Howarth, D. (2010). Power, discourse, and policy: articulating a hegemony approach to critical policy studies. *Critical policy studies*, 3(3-4), 309-335.

- Ingeborgrud, L., Heidenreich, S., Ryghaug, M., Skjølvold, T.M., Foulds, C., Robison, R., Buchmann, K., Mourik, R. (2020). Expanding the scope and implications of energy research: A guide to key themes and concepts from the Social Sciences and Humanities. *Energy Research & Social Science*, 63, 101398. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2019.101398>
- Jaeger-Erben, M., Rückert-John, J., & Schäfer, M. (2015). Sustainable consumption through social innovation: a typology of innovations for sustainable consumption practices. *Journal of Cleaner Production*, 108, 784-798.
- Jasanoff, S. (Ed.). (2004). *States of knowledge*. Abingdon, UK: Taylor & Francis.
- Jessop, B., F. Moulaert, F., L. Hulgård & A. Hamdouch (2013). Social innovation research: a new stage in innovation research? In F. Moulaert, D. Macallum, A. Mehmood, A. Hamdouch (Eds.), *The International Handbook on Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research* (p. 110-127). Cheltenham: Edward Elgar.
- Joss, S. (2011). Eco-cities: The mainstreaming of urban sustainability-key characteristics and driving factors. *International Journal of Sustainable Development and Planning*, 6(3), 268-285.
- Kelly, M. (Ed.) (1994). *Critique and power: recasting the Foucault/Habermas debate*. MIT Press.
- Khan, F. R., Munir, K. A., & Willmott, H. (2007). A dark side of institutional entrepreneurship: Soccer balls, child labour and postcolonial impoverishment. *Organization studies*, 28(7), 1055-1077.
- Klein, J. L., Camus, A., Jetté, C., Champagne, C., & Roy, M. (Eds.) (2016). *La transformation sociale par l'innovation sociale*. Montreal: Presses de l' Université de Québec.
- Köhler, J., et al. (2019). An agenda for sustainability transitions research: State of the art and future directions. *Environmental Innovation and Societal Transitions*. 31, 1-32.
- Langley, A. (1999). Strategies for theorizing from process data. *Academy of Management review*, 24(4), 691-710.
- Laville, J. L. (2014). The Social and Solidarity Economy: A theoretical and plural framework. In J. Defourny, L. Hulgård & V. Pestoff (Eds.), *Social Enterprise and the Third Sector. Changing European Landscapes in a Comparative Perspective* (p. 102-113). Routledge.
- Le Velly, R. (2019). Allowing for the projective dimension of agency in analysing alternative food networks. *Sociologia Ruralis*, 59(1), 2-22.
- Lefèvre, S., Audet, R., & El-Jed, M. (2016). La recherche-action comme appui à la transformation sociale: l'étude des marchés de quartier à Montréal. In J. L. Klein, A. Camus, C. Jetté, C. Champagne & M. Roy (Eds.), *La transformation sociale par l'innovation sociale* (p. 159-172). Montreal: Presses de l' Université de Québec.
- Lennon, B., Dunphy, N., Gaffney, C., Revez, A., Mullally, G., & O'Connor, P. (2020). Citizen or consumer? Reconsidering energy citizenship. *Journal of Environmental Policy & Planning*, 22(2), 184-197.
- Luhmann, N. (1995). *Social systems*. Stanford University Press.
- Luhmann, N., & Rasch, W. (2002). *Theories of distinction: Redescribing the descriptions of modernity*. Stanford University Press.
- Mikkonen, I., Gynther, L., Matschoss, K., Koukoufikis, G., Murauskaite-Bull, I., & Uihlein, A. (2020). *Social innovations for the energy transition*. Publications Office of the European Union, Luxembourg. <https://doi.org/10.2760/555111>
- Monticelli, L. (2018). Embodying Alternatives to Capitalism in the 21st Century. *tripleC Communication. Capitalism & Critique*, 16(2), 501-517.
- Morgan, G. (1997). *Images of organization*. Thousand Oaks, CA.
- Moulaert, F., & Ailenei, O. (2005). Social economy, third sector and solidarity relations: A conceptual synthesis from history to present. *Urban studies*, 42(11), 2037-2053.

- Moulaert, F., Mehmood, A., MacCallum, D., & Leubolt, B. (2017). *Social innovation as a trigger for transformations-the role of research*. Publications Office of the European Union.
- North, P. (2014). Ten square miles surrounded by reality? Materialising alternative economies using local currencies. *Antipode*, 46(1), 246-265.
- Novy, A., & Leubolt, B. (2005). Participatory budgeting in Porto Alegre: social innovation and the dialectical relationship of state and civil society. *Urban studies*, 42(11), 2023-2036.
- Pansera, M., & Fressoli, M. (2021). Innovation without growth: Frameworks for understanding technological change in a post-growth era. *Organization*, 28(3), 380-404.
- Pel, B., & Backhaus, J. (2020). Realizing the Basic Income: Competing Claims to Expertise in Transformative Social Innovation. *Science & Technology Studies*, 33(2), 83-101.
- Pel, B., & Kemp, R. (2020). Between innovation and restoration: towards a critical-historicizing understanding of social innovation niches. *Technology Analysis & Strategic Management*, 32(10), 1182-1194.
- Pel, B., Dorland, J., Wittmayer, J. M., & Jørgensen, M. S. (2017a). Detecting Social Innovation agency: Methodological reflections on units of analysis in dispersed transformation processes. *European Public and Social Innovation Review*, 2(1), 110-126.
- Pel, B., Bauler, T., Avelino, F., Backhaus, J., Ruijsink, S., Rach, S., Jørgensen, M. S., Kunze, I., Voss, G., Dumitru, A., Lema Blanco, I., Afonso, R., Cipolla, C., Longhurst, N., Dorland, J., Elle, M., Balázs, B., Horváth, J., Matolay, R., Wittmayer, J. M., Valderrama Pineda, A., Serpa, B., Rösing Agostini, M., Lajarthe, F., Garrido, S., Picabea, F., Moreira, J., Trentini, F., Bidinost, A., Weaver, P., Heimann, R., Skropke, C., Hoffmeister, K.L., Tawakol, D., Olivotto, V., Tsatsou, A., Zahed, Y., Moet, R., Zuijderwijk, L., Renema, J., & Kemp, R. (2017b). *The Critical Turning Points database; concept, methodology and dataset of an international Transformative Social Innovation comparison*. TRANSIT Working Paper # 10, TRANSIT: EU SSH.2013.3.3.2-1 Grant Agreement N° 613169. European Commission.
- Pel, B., Haxeltine, A., Avelino, F., Dumitru, A., Kemp, R., Bauler, T., Kunze, I., Dorland, J., Wittmayer, J. W., & Jørgensen, M. S. (2020). Towards a theory of Transformative Social Innovation: a relational framework and 12 propositions. *Research Policy*, 49(8), 104080. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2020.104080>
- Pfotenhauer, S., & Jasanoff, S. (2017). Panacea or diagnosis? Imaginaries of innovation and the 'MIT model' in three political cultures. *Social Studies of Science*, 47(6), 783-810. <https://doi.org/10.1177/0306312717706110>
- Poole, M. S., & Van de Ven, A. H. (1989). Using paradox to build management and organization theories. *Academy of management review*, 14(4), 562-578.
- Rammert, W., Windeler, A., Knoblauch, H., & Hutter, M. (2018). *Innovation Society Today*. Springer.
- Rice, R. E., & Rogers, E. M. (1980). Reinvention in the innovation process. *Knowledge*, 1(4), 499-514.
- Ridley-Duff, R., & Bull, M. (2021). Common pool resource institutions: The rise of internet platforms in the social solidarity economy. *Business Strategy & the Environment*, 30(3), 1436-1453. <https://doi.org/10.1002/bse.2707>
- Roth, S. (2009). New for whom? Initial images from the social dimension of innovation. *Int. J. Innovation and Sustainable Development*, 4(4), 231-252.
- Schubert, C. (2018). Social Innovation; A New Instrument for Social Change? In W. Rammert & A. Windeler (Eds.), *Innovation Society Today* (p. 371-391). Wiesbaden: Springer VS.
- Schubert, C. (2019). Social innovations as a repair of social order. *NOvation: Critical Studies of Innovation*, 1(2019), 41-66.

- Scott-Cato, M., & Hillier, J. (2010). How could we study climate-related social innovation? Applying Deleuzean philosophy to Transition Towns. *Environmental Politics*, 19(6), 869-887.
- Scott, J. C. (1998). *Seeing like a state*. Yale University Press.
- Seo, M. G., & Creed, W. D. (2002). Institutional contradictions, praxis, and institutional change: A dialectical perspective. *Academy of management review*, 27(2), 222-247.
- Shin, Y., & Jeong, H. (2019). Transition or Tradition. *NOvation: Critical Studies of Innovation*, 1(2019), 106-134.
- Shove, E. (2012). The shadowy side of innovation: unmaking and sustainability. *Technology Analysis & Strategic Management*, 24(4), 363-375.
- Smith, A. (2007). Translating sustainabilities between green niches and socio-technical regimes. *Technology analysis & strategic management*, 19(4), 427-450.
- Smith, A., & Stirling, A. (2007). Moving inside or outside? Objectivation and reflexivity in the governance of socio-technical systems. *Journal of Environmental Policy and Planning*, 8(3-4), 1-23.
- Smith, A., & Stirling, A. (2010). The politics of social-ecological resilience and sustainable socio-technical transitions. *Ecology and Society*, 15(1), 11. <http://www.ecologyandsociety.org/vol15/iss1/art11/>
- Solis-Navarrete, J. A., Bucio-Mendoza, S., & Panque-Gálvez, J. (2021). What is not social innovation. *Technological Forecasting and Social Change*, 173, 121190. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.121190>
- Steyaert, C., & Dey, P. (2010). Nine verbs to keep the social entrepreneurship research agenda 'dangerous'. *Journal of Social Entrepreneurship*, 1(2), 231-254.
- Stirling A. (2016) Knowing Doing Governing: Realizing Heterodyne Democracies. In: Voß JP & Freeman R.(Eds.) (2016) *Knowing Governance: The Epistemic Construction of Political Order*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 259-286.
- Stirling, A. (2019). How deep is incumbency? A 'configuring fields' approach to redistributing and reorienting power in socio-material change. *Energy Research & Social Science*, 58, 101239. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2019.101239>
- Swyngedouw, E. (2005). Governance Innovation and the Citizen: The Janus Face of Governance-beyond-the State. *Urban Studies*, 42(11), 1991-2006.
- Teasdale, S., Roy, M. J., Ziegler, R., Mauksch, S., Dey, P., & Raufflet, E. B. (2021). Everyone a changemaker? Exploring the moral underpinnings of social innovation discourse through real utopias. *Journal of Social Entrepreneurship*, 12(3), 417-437.
- Temenos, C., & McCann, E. (2013). Geographies of policy mobilities. *Geography Compass*, 7(5), 344-357.
- Turnheim, B., Asquith, M., & Geels, F. W. (2020). Making sustainability transitions research policy-relevant: Challenges at the science-policy interface. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, 34, 116-120.
- Ulrich, W. (2003). Beyond methodology choice: critical systems thinking as critically systemic discourse. *Journal of the Operational Research Society*, 54(4), 325-342.
- Unger, R. M. (2015). Conclusion: The task of the social innovation movement. In A. Nichols, J. Simon & M. Gabriel (Eds.), *New frontiers in social innovation research* (p. 233-251). Springer.
- Voß, J. P. (2014). Performative policy studies: realizing "transition management". *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 27(4), 317-343.
- Voß, J. P., & Freeman, R. (2016), Introduction: Knowing Governance, In: J. P. Voß & R. Freeman (Eds.), *Knowing Governance: The Epistemic Construction of Political Order* (p. 1-34). Basingstoke: Palgrave Macmillan.

- Westley, F., McGowan, K., & Tjörnbo, O. (2017). *The Evolution of Social Innovation: Building Resilience Through Transitions*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Westman, L., & Castán Broto, V. (2022). Urban Transformations to Keep All the Same: The Power of Ivy Discourses. *Antipode*, 54(4), 1320-1343. <https://doi.org/10.1111/anti.12820>
- Wittmayer, J. M., & Schäpke, N. (2014). Action, research and participation: roles of researchers in sustainability transitions. *Sustainability Science*, 9(4), 483-496.
- Wittmayer, J. M., Avelino, F., Backhaus, J., Pel, B., Strasser, T., & Zuijderwijk, L. (2019). Narratives of change: how social innovation initiatives construct societal transformation. *Futures*, 112, 10243. <https://doi.org/10.1016/j.futures.2019.06.005>
- Wittmayer, J. M., Campos, I., Avelino, F., Brown, D., Doračić, B., Fraaije, M., Gährs, S., Hinsch, A., Assalini, S., Becker, T., Marín-González, E., Holstenkamp, L., Bedoić, R., Duić, N., Oxenaar, S., Pukšec, T. (2022). Thinking, doing, organising: Prefiguring just and sustainable energy systems via collective prosumer ecosystems in Europe. *Energy Research & Social Science*, 86, 102425. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2021.102425>
- Wright, E. O. (2010). *Envisioning real utopias*. Verso: London.
- Ziegler, R. (2017). Citizen Innovation as Niche Restoration – A Type of Social Innovation and Its Relevance for Political Participation and Sustainability. *Journal of Social Entrepreneurship*, 8(3), 338-353.